



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10721>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i24.10721>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 24 | Jun., 2021, pp. 13-19.

Submissão: 23/07/2021

Aprovação:06/08/2021



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: MARGENS, PODER E INSURGÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

PRESENTATION OF DOSSIER: MARGINS, POWER AND INSURGENCIES IN LATIN AMERICA

Tiago LEMÕES (UCPel)¹  

Janaína LOBO (UNILAB)²  

Livio CLAUDINO (UNIFESSPA)³  

Rosângela NOGUEIRA (UFPA)⁴  

Resumo: Ao tomarmos como lócus de reflexão a América Latina, em sua multiplicidade de culturas, cosmologias, modos de existir e resistir, é inevitável incidir sobre a relação entre modernidade, Estado, violência e racismo, articulados a formas locais de poder em sociedades marcadas pela experiência colonizadora e pelo que Achille Mbembe considera como processos de efabulação, expressos pela falaciosa invenção de enunciados sobre a inferioridade desumana e selvagem de determinadas populações. O fluxo dos processos históricos de dominação e opressão que ainda correm pelas veias abertas da América Latina, no entanto, jamais deixou de enfrentar coletividades insurgentes que, em contextos rurais e urbanos, (re)inventam identidades e narrativas outras, afrontando mecanismos de subjugação e silenciamentos, desestabilizando a produção estatal das “zonas de não-direito”, positivando identidades subalternizadas e lutando por mudanças nas relações de poder desde as margens do Estado, no sentido atribuído por Veena Das e Deborah Poole.

Palavras-Chave: América Latina. Margens. Poder. Insurgência

Abstract: When we take Latin America as a locus of reflection, in its multiplicity of cultures, cosmologies, ways of existing and resisting, it is inevitable to focus on the relationship between modernity, the State, violence and racism, articulated with local forms of power in societies marked by experience colonizer and by what Achille Mbembe considers as efabulation processes, expressed by the fallacious invention of statements about the inhuman and savage inferiority of certain populations. The flow of historical processes of domination and oppression that still run through the open veins of Latin America, however, has never ceased to face insurgent collectivities that, in rural and urban contexts, (re)invent other identities and narratives, confronting mechanisms of subjugation and silencing, destabilizing state production in “non-law zones”, affirming subalternized identities and fighting for changes in power relations from the margins of the State, in the sense attributed by Veena Das and Deborah Poole.

Keywords: Latin America. Margins. Power. Insurgency

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio doutoral na Université Paris VIII. Professor da Universidade Católica de Pelotas no PPG em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. *E-mail:* tiagolemoes@gmail.com

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, dos cursos de Licenciatura em Sociologia e do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi - UFRGS) e ao Laboratório de Alteridades, da Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA). *E-mail:* janaina.lobo@gmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Rural (2016) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) com estágio com bolsa no CIRAD e AgroParisTech (França). Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará no PPG em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA) e do PPG em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA), no qual é coordenador do Centro de Estudos Internacionais. *E-mail:* livio.claudino@gmail.com

⁴ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professora Universidade Federal do Pará no PPG em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI). Líder do Grupo de Pesquisa em Discurso e Relações de Poder (DIRE). *E-mail:* rsns@ufpa.br

Denúncia e reinvenção da vida: a insurgência das margens na América Latina

Quando elaboramos a proposta deste dossiê, precisamente em maio de 2020, tínhamos a intenção de, ao abordar as margens, as insurgências e as múltiplas formas de exercício do poder, “descer ao cotidiano e resgatar as possibilidades de vida”, como bem sugeriu a antropóloga Veena Das (2020). Estávamos guiados pelo projeto de reinscrição de narrativas e dos diversos modos de existir e resistir frente aos processos históricos de dominação e opressão que marcam a história, a cultura e a geopolítica na América Latina. De fato, não presumíamos que a realidade, em poucos meses, se transformaria contundentemente em luto, dor, incerteza e aterramento. Desde o anúncio do primeiro caso do novo coronavírus no Brasil, em fevereiro de 2020, vimos quase meio milhão de mortos pela pandemia da COVID-19; vivenciamos a devastação de vidas e do nosso próprio cotidiano, duramente afetado e reconfigurado. E ainda seguimos nesse cenário brutal, difícil de ser nomeado porque repleto de perplexidade e incerteza.

Este contexto tem sido desafiador em muitos aspectos. Boaventura de Sousa Santos, no recente livro *A cruel pedagogia do vírus* (2020), ressalta que a crise da COVID-19 não se enquadra em um tempo de excepcionalidade ou desequilíbrio, mas é resultado de uma “normalidade da exceção”: uma situação anômala, gerada a partir de um neoliberalismo sob o jugo do capital financeiro. Tal crise, fruto da versão dominante do capitalismo, causou um colapso permanente, do qual a pandemia é apenas uma das muitas faces perversas. Para este sociólogo, a COVID-19 apenas agrava a situação de descontrole, instabilidade e precariedade que a maioria da população vivencia, de modo muito acentuado, há anos. Por consequência, a pandemia fragilizou ainda mais as vidas que estão ao “sul” do isolamento social – um “sul” que, para Boaventura de Souza Santos, não se refere a uma posição geográfica, mas a uma metáfora que indica a devastação causada pela COVID-19, que é desigual e atinge de modo mais drástico as populações historicamente vulnerabilizadas.

É a partir dos atravessamentos desse espaço-tempo que este dossiê é publicado. Não poderíamos nos eximir de pensar sobre as “precariedades” e sobre as “condições precárias” (Butler, 2015) que a pandemia nos impôs, entendendo, como já exposto, que a COVID-19 tem afetado de modo ainda mais agudo as populações que sempre estiveram à margem, com redes sociais e econômicas de apoio deficitárias e regularmente “expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (idem, p. 46). São vidas em condições precárias que, ainda seguindo a filósofa Judith Butler, parecem não ser lamentáveis e que usualmente lidaram com a carga da fome, dos

subempregos e da privação de direitos, circunstâncias que se exacerbaram com a eclosão da pandemia.

Nesse sentido, se antes intencionávamos a reunião de narrativas insurgentes que subvertessem lógicas de opressão em cenários marcados por violências, sujeições e silenciamentos, hoje entendemos, mais do que nunca, que tais enfrentamentos (e a textualização dessas experiências) são inescusáveis, uma vez que estamos nos nutrindo dessas perspectivas de reconstrução e reação para vislumbrar um amanhã possível. O que estamos pontuando é que a desolação causada pela pandemia da COVID-19, ao mesmo tempo que nos preenche de incertezas e sofrimentos, também pode nos impulsionar a projetar um novo sentido de luta e de ânimo para desafiar as arbitrariedades e as diversas formas de dominação e injustiças. Para retomar Veena Das (2020, p. 27), precisamos nos indagar sobre “o que é recolher os pedaços e viver nesse lugar de devastação” para enxergarmos as saídas plausíveis que podem afrontar os poderes e iniquidades vigentes.

Não é tarefa fácil, porém, atravessar esse tempo e, simultaneamente, elaborarmos as respostas e as resoluções das aflições. Mas a seleção de artigos que compõe este dossiê possui em comum o sentido do enfrentamento imperativo, além de dividirem experiências e histórias que atestam, propositivamente, que é possível adiar o fim do mundo, parafraseando Ailton Krenak (2020). E, sendo assim, torna-se factível entender que os movimentos históricos que nos antecederam, bem como as ações contemporâneas de resistência são carregados de expectativas de transformação. E esboçar a irrupção de ondas de mudança é tudo que precisamos neste momento.

É por isso que existir em lugares devastados nem de longe significa conformar-se com a realidade destrutiva que por agora se agiganta no cenário latino-americano. Os debates teóricos e empíricos aglutinados neste dossiê nos ensinam que viver, por aqui, é tanto engendrar caminhos de denúncia e explicitação quanto reinventar sentidos e possibilidades de existência apesar das forças aniquiladoras que se espraiam e se transformam de acordo com as conexões possíveis entre marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade. Nestes termos, denunciar é dar continuidade a constantes desmoronamentos de epistemologias hegemônicas e de narrativas deformantes, confrontando o que, nos termos de Achille Mbembe, configura-se como *processos de efabulação*: uma produção classificatória e imaginária de zonas de ausência humana (raciais e/ou geopolíticas) ou de humanidades dúbias, adormecidas, animalizadas, as quais, no alvorecer da modernidade, foram inventadas para justificar “a empresa colonial como obra fundamentalmente civilizadora e humanitária, cuja violência, seu corolário, era apenas moral” (Mbembe 2014: 29).

Ao mesmo tempo em que nos deparamos com a potencialidade política de escritas denunciativas, também ingressamos em um complexo jogo de redefinição constante das normas que decidem quem vive e como vivem os grupos imersos em cenários de luta e de intervenções necropolíticas. Tal fenômeno nos permite retomar um conhecido argumento de Butler (2015): o reconhecimento e a produção de sujeitos dependem da margem indeterminada das normas, o que significa que existem complexos problemas éticos a respeito dos parâmetros mobilizados para proteger ou vulnerabilizar. Dito de outro modo, são as operações de poder mais amplas que permitem que determinados esquemas normativos sejam fortalecidos ou desestabilizados, posto que a normatividade nunca é definitiva: o que está fora dos referenciais hegemônicos continua a existir, aberto à apreensão, colocando em dúvida os campos ontológicos constituídos, questionando a moldura e iluminando o que está na ilegitimidade da vida política.

E, quando falamos de operações de poder, sobretudo em contexto latino-americano, estamos referindo processos de dominação que, como bem adverte Michel Foucault (2014), desencadeiam procedimentos de sujeição, ao colocar em prática instrumentos reais de formação e acumulação de saberes que produzem verdades sobre corpos, vidas e condutas categorizadas como “subalternas”, “infames”, “despossuídas” e “perigosas”. Ao mesmo tempo, sabemos que, em Foucault, o poder não opera como um bem que se detém ou se possui, mas definitivamente como algo que circula e funciona em cadeia, de modo que todos os sujeitos são potencialmente capazes de exercê-lo. É isso que nos abre margens para considerar o agenciamento das pessoas no jogo incessante de dominação e resistência, no passado e no presente.

Deste modo, explora-se a subversão e prepara-se o terreno para a indignação, repulsa, denúncia, comoção, clamor por justiça e, também, para o reconhecimento de outras humanidades e existências (Butler, 2015). É justamente neste ponto que os textos aqui reunidos fazem toda a diferença ao conectarem análise, reflexão, denúncia e mecanismos de reinvenção da vida, levados a cabo por pessoas reais e movimentos potentes, explorando desde a colonialidade intervencionista sobre corpos, gênero e territorialidades no espectro de diferentes políticas públicas e de governo até a criatividade de mobilizações insurgentes contra múltiplas formas de violação de direitos.

Nessa perspectiva, abrimos o dossiê com a surpreendente potência das palavras e da temporalidade no seio de uma luta coletiva. Alex Moraes, valendo-se de análise sequencial, explora a atualização ou “revisitação” de palavras emblemáticas engendradas por protagonistas do movimento popular dos/as cortadores/as de cana-de-açúcar do norte-uruguaio. Com maestria, Moraes persegue o fluxo das palavras marcadas por experiências pretéritas, como a vivência da “autonomia”,

mas que são evocadas para darem sentido a novas demandas, anseios e aspirações políticas em torno de processos possíveis de autonomia e emancipação.

Na sequência, as diferentes faces e temporalidades da gestão de territórios perifерizados são abordadas por Flávio Rocha, no artigo intitulado *Gestão dos corpos nas favelas e periferias no Rio de Janeiro: das remoções à Covid-19*. Articulando pesquisa bibliográfica, material de imprensa e reflexões formuladas em interface com um conjunto de pesquisadores/as, Rocha toma a cidade do Rio de Janeiro como o epicentro de diferentes processos de intervenção estatal sobre corpos, favelas e periferias ao longo dos séculos XX e XXI, com foco analítico em três dimensões interventivas: as remoções promovidas em nome do sanitarismo social e moral; a construção da favela como um problema social a ser enfrentado em nome dos megaeventos e, por fim, as periferias como principal objeto de precarização no atual cenário pandêmico.

A interseccionalidade entre diferentes marcadores de vulnerabilização em contexto de privação de liberdade é explorada por Vitória da Silva e James Ferreira Moura Júnior, no texto intitulado *Meninas alvo do sistema: intersecções necropolíticas de gênero, sexualidade, raça, território e classe na trajetória de adolescentes privadas de liberdade no Ceará*. A partir da aplicação de questionários, entrevistas e pesquisa etnográfica junto a socioeducandas do estado do Ceará – e acionando a noção de necropolítica como chave analítica – são identificadas características em comum entre as interlocutoras de pesquisa que permitem apreender a amplitude de múltiplos elementos os quais, em intersecção, acentuam e agravam o efeito dos processos de criminalização e encarceramento, sobretudo da juventude periférica feminina.

A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente é o título do próximo artigo, assinado por Leandro Fonseca, Fabio Carvalho, Leila Graciele da Silva, Daylan Maykiele Denes e Héverton Magno Missiatto. Partindo de um debate teórico-metodológico calcado nas contribuições do pensamento decolonial, os autores e as autoras escancaram a atual perversidade prática e discursiva das políticas ambientais na agenda de poder do governo Bolsonaro, com especial atenção ao efeito de atos normativos expedidos por órgãos responsáveis pela defesa de biomas nacionais e às manifestações públicas de figuras políticas, como o ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles. Na sequência, apontam caminhos alternativos à colonialidade das políticas ambientais, dialogando com o Bem-Viver, em sintonia com uma nova ética de relação harmônica entre humano e natureza que supere a lógica desenvolvimentista do crescimento econômico ocidental.

O espectro da colonialidade volta a ser visitado por Manoel de Oliveira, no artigo seguinte, a partir de diálogos teóricos travados com Achille Mbembe e Rogério Haesbaert, no intuito de potencializar a compreensão de processos de captura e extermínio de povos indígenas em nome do agronegócio em regiões do Cerrado e Amazônia. Desde uma pesquisa bibliográfica e documental, o autor propõe compreender o território como uma tecnologia necropolítica, através da qual movimentos de territorialização e desterritorialização, arquitetados desde o período colonial até a redemocratização, promovem as condições privilegiadas de promoção da vida para uns e de extermínio ou exposição ao mundo da morte para outros.

Insurgência, resistência, outras epistemologias, igualdade de gênero e luta coletiva contra violências interseccionais são eixos analíticos presentes no potente texto de Joselaine Raquel Pereira, sobre o *Movimento de Mulheres do Xingu* (MMX). Analisando materiais audiovisuais e entrevistas sobre a atuação de um movimento insurgente, que se volta à ocupação de espaços de decisões políticas, a autora descreve as múltiplas faces do MMX: a trajetória de constituição, as ações coletivas, os principais desafios de luta e reivindicação, assim como a intrínseca relação de complementaridade entre o movimento e a cosmovisão das mulheres do Xingu – elementos que conformam um modelo de resistência coletiva contra lógicas individualizantes de ser e estar no mundo.

Em seguida, no artigo intitulado *Medidas memoriais e usos políticos da ditadura civil-militar brasileira na era FHC (1995-2002)*, Júlia Klassmann explora os usos políticos da memória referente à ditadura civil-militar durante a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso, valendo-se da análise de menções discursivas ao período ditatorial e medidas memoriais – como a Lei dos Desaparecidos e outros mecanismos de reforço do sigilo sobre documentos estatais. Partindo da ideia de que a “recuperação” do passado expressa tensões sociopolíticas no presente, Klassmann identifica os instrumentos de assimilação da história nacional, mobilizados para eliminar antagonismos, construir percepções harmônicas sobre experiências do passado e, assim, legitimar projetos econômicos sintonizados com as políticas neoliberais em curso no governo FCH.

Na sequência, temos a contribuição de Leiliane Kecia Magalhães, com o texto intitulado *Tiadozia da Rocha, por enganar o juiz, perdeu suas terras – o gênero e o sistema sesmarial na capitania do Siará Grande*. Contextualizada no século XVIII, a análise da autora incide sobre a solicitação de terras realizada especificamente por Tiadozia da Rocha à Coroa portuguesa, no ano de 1706, e sobre um conjunto de documentos oficiais, como Cartas de Sesmarias e leis do Sistema Sesmarial. A partir da análise documental, Magalhães discute a diversidade de sujeitos em relações

de poder e verifica a manipulação de meios ilícitos, por homens e mulheres, para ampliar seus domínios territoriais e garantir a satisfação de seus interesses em detrimento do poder oficial da Coroa.

Para fechar o dossiê com a potência de processos artísticos e culturais insurgentes contra violências de Estado, apresentamos o interessante artigo de Marcelo de Mello, sobre a produção literária e cinematográfica de artistas e intelectuais brasileiros que reagiram à violência perpetrada pela ditadura militar, na esteira de movimentos estético-políticos – como o Cinema Novo, o *Nuevo Cine latino-americano*, e o *Tercer Cine* – que marcaram a década de 1960 na América Latina. Com um acurado recorte analítico desse contexto, o autor discute projetos cinematográficos de duas figuras importantes – o cineasta Luiz Sergio Person e o crítico e roteirista Jean-Claude Bernardet – os quais, em parceria, expressaram a dissonância crítica e denunciaram as perversidades do opressivo cenário político.

Com esta breve apresentação, atravessada também pelas inspirações teóricas e políticas que sustentam a proposta do dossiê, os/as leitores/as são contemplados/as com um conjunto de análises e reflexões absolutamente críticas e engajadas tanto com a denúncia de múltiplas opressões, em diferentes manifestações espaço-temporais, quanto com a emergência de terrenos férteis à reconstrução coletiva da vida desde as margens e a despeito de violentos processos de vulnerabilização e extermínio de povos, culturas e identidades. Desejamos, assim, que o vigor contestatório e arrebatador deste dossiê abra caminhos para atuações esperançosas e propositivas, dentro e fora do universo acadêmico.

A todas e todos, uma ótima leitura!

REFERÊNCIAS:

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAS, Veena. **Vida e palavras.** A violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus** (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo, 2020.